

“O débito é estadual; as instituições foram apenas intermediárias dos créditos”

por Raquel Stenzel
de Brasília

Os representantes dos bancos estaduais pediram ontem, ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que, na renegociação das dívidas contratuais dos estados, os bancos estaduais deixem de ser intermediários. A dívida contratual está hoje em torno de US\$ 18 bilhões a US\$ 20 bilhões e, segundo o presidente da Associação Brasileira dos Bancos Estaduais, Ozias Monteiro Rodrigues, cerca de 90% desse total são contabilizadas como dívidas dos bancos.

Ele alega, no entanto, que os bancos apenas serviram de intermediários nas operações de crédito. “As dívidas são dos estados e não dos bancos”, disse. Grande parte desses créditos foram contratados junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH) para obras de saneamento básico e, depois da extinção do BNH, foram transferidos para a Caixa Econômica Federal. Nessas operações de crédito os bancos estaduais serviram de avalistas.

“Expurgando essas dívidas, os bancos não terão passivo a descoberto”, disse Rodrigues, acrescentando que, com essa questão solucionada, os bancos estariam em boa situação. “Somos eficientes e competitivos” afirmou.

Os representantes dos bancos estaduais também solicitaram ao ministro Cardoso que seja criada uma comissão ampla para discutir a reformulação institucional dos bancos estaduais.

“Os bancos estaduais não podem mais ser presa fácil de maus governos”, disse o presidente do Banco do Maranhão, Afonso Pantoja. De acordo com Rodrigues, há dois anos não é feita nenhuma operação de crédito entre bancos estaduais e governos estaduais, conforme determina o Banco Central (BC).

Outra questão ampla-



Ozias Monteiro
Rodrigues

mente discutida na reunião de ontem foi a reabertura dos bancos dos estados do Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte, liquidados extrajudicialmente desde setembro de 1990 (ver matéria ao lado). De acordo com o presidente indicado do Bandern, Danísio Gurgel, o governo federal precisa alocar US\$ 8,4 milhões para que esses bancos tenham condições de reabrir. Esse montante representa 30% do total previsto no orçamento deste ano para esse fim.

Ele disse que os outros US\$ 400 milhões, referentes ao patrimônio líquido negativo desses bancos, serão integralmente supridos pelos estados. “Os estados estão assumindo os passivos com a Caixa Econômica Federal e tudo o que devem ao BC, referentes aos saques em descoberto e a empréstimos-ponte para indenizar os funcionários que foram demitidos. Em dezembro do ano passado o Rio Grande do Norte, o Piauí e a Paraíba tomaram emprestado (cada um) do Tesouro Nacional Cr\$ 105 bilhões, que foram depositados no Banco do Brasil e que hoje já somam no total Cr\$ 900 bilhões. Gurgel disse que, por mês, o Estado do Rio Grande do Norte está perdendo US\$ 1 milhão por não ter um banco estadual para otimizar os recursos do estado.